

Publicado no Diário Oficial de São Paulo em quinta-feira, 2 de julho de 2015

Cliente: HUGO NIGRO MAZZILLI OAB: 28656

Diário: DOSP

Órgão: EXECUTIVO 1 - DOSP

Processo:

Disponibilização: 02/07/2015

Vara: MINISTÉRIO PÚBLICO

Comarca: SÃO PAULO Publicação: 02/07/2015

Página: 64 a 64

Edição: 121

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ata da Reunião Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, de 24-06-2015 Aos 24 dias do mês de junho, do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 15 (quinze) horas, no auditório Tilene Almeida de Moraes, edifício Campos Salles, sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na rua Riachuelo, 115, nesta capital, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, doutor Márcio Fernando Elias Rosa, reuniram-se os integrantes do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, devidamente convocados por meio eletrônico, tendo-se o comparecimento de 34 (trinta e quatro) procuradores de Justiça, conforme lista de presença. Declarando instalada a reunião, desde logo, o presidente convidou para ter assento à mesa diretora dos trabalhos o ilustre magistrado federal doutor Alexandre Saliba, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público. Logo a seguir, submeteu à apreciação dos presentes a ata dos trabalhos do dia 17 (dezessete) de junho de 2015 (dois mil e quinze), registrando-se a aprovação. Ingressando os trabalhos na fase destinada às comunicações da presidência, o doutor Márcio Fernando Elias Rosa, procurador-geral de Justiça, saudou o digno conselheiro visitante, agradecendo-o por sua presença nas atividades do colegiado e destacando a importância do trabalho realizado pelo visitante como integrante daquele importante órgão. Respondendo à saudação do procurador-geral de Justiça, o doutor Alexandre Saliba externou sua satisfação em fazer-se presente à reunião e expressou agradecimentos pela acolhida. Em prosseguimento, o presidente propôs a aprovação de voto de pesar em decorrência do falecimento do senhor Henrique Unger Filho, pai da doutora Thaisa Durante Unger Monteiro, promotora de Justiça (aprovado). Em seguida, propôs votos de louvor pelas nomeações dos doutores Antonio Celso Campos de Oliveira Faria e Luiz Otávio de Oliveira Rocha, procuradores de Justiça, para cargos de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em vagas decorrentes do quinto constitucional (aprovados). A seguir o procurador-geral de Justiça trouxe ao plenário diversas comunicações, informando aos presentes a respeito do encontro entre membros do Ministério Público de São Paulo e do Ministério da Educação, com início na data de hoje, e pauta concentrada na discussão de temas ligados à Educação e à atuação do Ministério Público nessa área; comunicou, também, ter sido enviado para a sanção do governador do Estado o projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa assegurando participação do Ministério Público no produto da arrecadação de custas judiciais e emolumentos extrajudiciais; reiterou a todos o convite para a solenidade de vitaliciamento de promotores de Justiça, agendada para a próxima sexta-feira, dia 26 de junho, no salão nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco; registrou haver sido eleito e ter assumido as funções de vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça para a região Sudeste, propondo, finalmente, voto de louvor ao doutor Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, procurador de Justiça membro do Órgão Especial por haver sido indicado, pelo procurador-geral da República, doutor Rodrigo Janot, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Pronunciou-se, subsequentemente, o doutor Walter Paulo Sabella, secretário do Órgão Especial, dizendo que, na última reunião, ao ter sido aprovado o voto de pesar pelo

passamento do procurador de Justiça Cesar Crissiúma de Figueiredo, não tivera a oportunidade de fazer o registro que agora faz, afirmando ter o nobre colega falecido ofertado valiosa contribuição à nossa Instituição, na fase dos trabalhos preparatórios à Assembléia Nacional Constituinte, pois integrara, com outros membros da Instituição, uma comissão conjunta, composta pela Procuradoria Geral de Justiça, pela Confederação Nacional do Ministério Público e pela Associação Paulista do Ministério Público, para analisar todas as propostas de Constituição que então circulavam nos meios políticos, legislativos e jurídicos do país e preparar sugestões ao tais textos, notadamente ao capítulo do Ministério Público, tendo sido analisados, dentre outros, o Projeto Afonso Arinos, da Comissão dos Notáveis, o Projeto Henry Maksoud e o Projeto de Capítulo do Poder Judiciário elaborado no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Esclareceu que a comissão fora composta pelo falecido colega e, ainda, por Geraldo Mascarenhas (também falecido), José Emmanoel Burle Filho, Cassio Juvenal Faria, Hugo Nigro Mazzilli, Roque Antonio Carrazza e pelo próprio orador, ora secretário do Órgão Especial, tendo sido preparadas mais de uma centena de emendas a tais propostas. O secretário finalizou sua manifestação afirmando que faria chegar à família enlutada um resumo da presente elocução, com vistas a que os familiares ficassem cientes de que o doutor Cesar Crissiúma de Figueiredo Filho não tivera sua atuação esquecida no âmbito da Instituição a que pertencera. Sobreveio a etapa de comunicações do decano, em que o doutor José Roberto Dealis Tucunduva tomou a palavra para requerer informações sobre a tramitação de um requerimento de sua autoria, cujo objeto é a alteração do ato administrativo que instituiu o Colar do Mérito Institucional, tendo esclarecido que as alterações por ele propostas objetivavam, notadamente, a outorga da comenda a todos os membros da Instituição que forem promovidos ao cargo de procurador de Justiça, instituindo-se, assim, uma homenagem automática, por conta dos esforços, da dedicação e do zelo à causa pública, “máxima atualmente, quando mais espinhosa é essa progressão na carreira”. Postulou, também, o nobre doutor José Roberto Dealis Tucunduva, a propósito da próxima inauguração da Galeria dos Decanos, outra de suas reivindicações atendidas pela Procuradoria-Geral de Justiça, a realização de solenidade no próximo dia 22 de julho, justificando o pleito nestes termos: “Mesmo porque, contamos com poucos decanos sobreviventes, um dos quais, por motivos familiares, ausentar-se-á do país por tempo indeterminado, no final do mês de julho, e seria deplorável não contar com esse ilustre decano sobrevivente para engalanar a festividade e permitir-lhe mais um prêmio pela trajetória brilhante que percorreu por mais de quatro décadas na Instituição”. Finalmente, o decano informou haver enviado, por e-mail, para os interessados que assim solicitaram gentilmente, cópia da saudação oferecida ao ensejo da entrega do Colar do Mérito Institucional do Ministério Público, à sua Eminência, D. Odilo Pedro Scherer, Cardeal Arcebispo da Diocese de São Paulo”. Teve seguimento a fase das comunicações dos membros do Órgão Especial, com a manifestação da ilustre procuradora de Justiça doutora Natália Fernandes Aliende da Matta, nos termos que seguem: “Senhor Procurador Geral de Justiça! Trago ao conhecimento de Vossa Excelência a preocupação de muitos colegas, em especial do interior, a respeito do preenchimento dos cargos de estagiário do Ministério Público. Relatam os dignos promotores que, em muitas comarcas, não há mais nenhum estagiário e, em outras, pouquíssimos cargos ainda estão preenchidos. Aproveito para indagar a Vossa Excelência a respeito do andamento do projeto de lei remetido à Assembléia, que trata do mesmo assunto”. Disse, ainda, a ilustre oradora: “Senhor Procurador-Geral! Existe perante esse colegiado um protocolado que trata da eleição de todos os membros do Conselho Superior do Ministério Público por toda a classe, modificando a forma hoje

existente, de três dos nove conselheiros serem eleitos pelos integrantes deste Órgão Especial. Tal procedimento encontra-se em uma das comissões, para parecer, há vários meses, excedido em muito o prazo previsto no artigo 39, parágrafo 1º, do Regimento Interno. Solicito a intervenção de Vossa Excelência para inclusão do protocolo em pauta para apreciação, ante a aproximação da época de eleição para o referido CSMP". Manifestando-se, a seguir, o doutor procurador-geral de Justiça assegurou ao decano que envidaria esforços para dar atendimento aos pleitos formulados. Quanto às reivindicações da ilustre procuradora doutora Natália Aliende da Matta, respondeu: a - quanto aos estagiários, que existe previsão para realização de concurso durante o segundo semestre do ano corrente; b - quanto ao anteprojeto aludido, afiançou que buscaria estabelecer tratativas com o ilustre procurador de Justiça doutor Antonio Carlos Fernandes Nery, relator da matéria. Logo a seguir, o relator pediu a palavra para esclarecer que, em sua ótica, deveria ser feita, previamente ao parecer da comissão, consulta à classe, à semelhança do que ora se dá com relação à escolha do procurador-geral de Justiça, tendo acrescentando que, provavelmente, em face de projeto político pessoal que começa a esboçar-se em sua carreira, talvez venha a declinar do encargo da relatoria, por julgá-lo incompatível, caso seus planos se realizem. Na fase regimental de comunicações dos membros, fizeram uso da palavra, também, os doutores Ana Maria Napolitano de Godoy, Maria Cristina Pera João Moreira Viegas e Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior. Aberta a ordem do dia, foram anunciados os seguintes protocolados: 1 - 175.689/14, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Rancharia, tendo por tema a redivisão das atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias, subscrito pelo doutor João Eduardo Gesualdi Xavier de Freitas, integrante da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário; 2 - 146.680/14, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Cachoeira Paulista, tendo por tema a redivisão das atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias, subscrito pelo doutor João Eduardo Gesualdi Xavier de Freitas, integrante da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário; 3 - 189.887/14, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Panorama, tendo por tema a redivisão de atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias, subscrito pelo Darci Ribeiro, integrante da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário; 4 - 3.273/14, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Araraquara, tendo por tema a redivisão de atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias, subscrito pelo doutor Darci Ribeiro, integrante da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário; 5 - 138.759/14, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Americana, tendo por tema a redivisão de atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias, subscrito pelo doutor José Kalil de Oliveira e Costa, membro da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário; 6 - 45.685/15, figurando como interessada a Promotoria de Justiça de Botucatu, tendo por tema a redivisão de atribuições dos cargos de promotor de Justiça; após apresentado o voto de relatoria da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias de Justiça, subscrito pelo doutor José Kalil de Oliveira e Costa, membro da referida comissão, foi aprovado por unanimidade pelo plenário. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião, o procurador-geral de Justiça agradeceu a todos pelo comparecimento e participação, declarando-a encerrada, com o convite para a próxima sessão

ordinária agendada para o dia 01 (um) de julho de 2015 (dois mil e quinze), às 14 horas. Para constar, eu, Walter Paulo Sabella, procurador de Justiça e secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente que vai assinada pelo senhor procurador-geral de Justiça, por mim, pelo decano e pelos presidentes das comissões permanentes.